

# **A MOBILIZAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

*Jaqueline Priscila da Silva Souza D'AGOSTINO\**

*Maria Gabriela S. M. C. MARINHO\*\**

**RESUMO:** O objetivo deste artigo foi analisar a constituição, a mobilização e os processos de negociação do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste da cidade de São Paulo, para a implantação de um campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) naquela região. Trata-se de um movimento popular cujas origens remontam ao histórico de mobilizações da região em torno de demandas por serviços públicos desde a década de 1940. Nos anos de 1980, as reivindicações locais incorporaram a demanda por ensino superior. Ao longo das duas décadas subsequentes, a população conquistou a implantação de uma Faculdade de Tecnologia (FATEC) e uma unidade da Universidade de São Paulo, a chamada USP-Leste, ambas sob a responsabilidade do governo estadual. A metodologia privilegiou fontes primárias, utilizando entrevistas realizadas com lideranças e ativistas locais, atas do Conselho Universitário da UNIFESP, além de dados obtidos através da imprensa e pesquisa bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos sociais. Universidade pública. Processos de negociação.

## **Introdução**

Espaço de tensões, conflitos e disputas - e perfilada entre as maiores metrópoles do mundo - a cidade de São Paulo, de acordo com Souza (2014, p.23)

---

\* UFABC - Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Santo André – SP – Brasil. 09210-180 - jaqueline.sdagostino@gmail.com.

\*\* UFABC - Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Santo André – SP – Brasil. 09210-180 - gabriela.marinho@ufabc.edu.br.

vivencia o abandono nas políticas públicas, o que resulta em “[...] aumento nas demandas de serviços sociais, de toda ordem. Há carências de tudo: de transporte, de escolas, de equipamentos e serviços de saúde, de projetos cidadãos, enfim”. Contudo, não se tratam de demandas recentes e sim históricas, em particular na região da Zona Leste de São Paulo, onde os movimentos sociais têm se organizado em torno de seus interesses desde a década de 1940.

No que tange à educação superior, a presença da universidade como parte da rede de serviços indisponíveis localmente, ganhou espaço na agenda de reivindicações ao longo dos anos 1980, ou seja, no contexto da redemocratização política. O debate amadureceu e ganhou relevância ao longo da década de 1990, quando as políticas governamentais para o ensino superior público foram reduzidas com drásticos cortes nas verbas, acompanhadas pela ênfase ostensiva na expansão da rede privada de ensino superior (CORBUCCI, 2007).

Todavia, durante a década de 2000, os grupos organizados na Zona Leste obtiveram a primeira conquista com a implantação em 2002 da Faculdade de Tecnologia (FATEC-ZL) e, em 2005, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), que se tornou mais conhecida como USP-Leste. Apesar da importância destas conquistas, os modelos implantados não corresponderam às expectativas e reivindicações da população. Insatisfeito, o movimento prosseguiu entre 2008 e 2009 em busca de novos compromissos junto à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e, posteriormente, com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Ainda em 2009, a população organizada decidiu instituir o Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste, ao identificar novas oportunidades para a região com os Programas de Expansão I das Universidades Federais em 2003 e de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2008. Tais planos e programas compunham a nova política nacional para o ensino superior estabelecida a partir de 2003, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Após tratativas com o Ministério da Educação (MEC), o Movimento conseguiu inserir suas demandas nos programas de expansão, cabendo à UNIFESP implantar o campus Zona Leste. Até 2009, a expansão da Universidade alcançou os municípios de Santos, Diadema, Guarulhos e São José dos Campos. No entanto, pela primeira vez, a instituição se deparava com o atendimento de uma demanda social direta na sua cidade de origem.

O poder de mobilização do Movimento, expresso na capacidade de forjar compromissos com administrações estaduais e federais, pode ser explicado pela representatividade da Zona Leste no contexto da cidade de São Paulo. Com cerca de quatro milhões de habitantes, a região da Zona Leste corresponde a

aproximadamente 35% dos distritos e da população da cidade e 37,5% do total do número de subprefeituras presentes no município (SÃO PAULO, 2014a, 2014b, 2014c). Nesse sentido, além do MEC e da própria UNIFESP, o Movimento buscou negociar também com a Prefeitura Municipal de São Paulo, conforme analisado a seguir.

## O movimento e seu contexto

O processo de expansão urbana e industrial da região leste da cidade de São Paulo teve início entre o final do século XIX e o começo do século XX, após a crescente ascensão da produção cafeeira no interior do estado e o aumento populacional na região, assim como nas regiões sul e oeste da cidade (AZEVEDO, 1945 apud MORCELLI, 2013). Beneficiadas pelo vale do Tietê no sentido Leste-Oeste e pela construção de estradas de ferro e de rodagem, diversas indústrias se instalaram na região a partir da década de 1930, contribuindo para a migração de trabalhadores do campo que ali se instalaram a partir de 1940, provenientes, sobretudo, do interior de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste do país. Estes fluxos migratórios alteraram a composição social da classe operária, possibilitando a emergência de setores populares alocados em áreas periféricas da cidade, como a Zona Leste (AZEVEDO, 1945 apud MORCELLI, 2013; SOARES DO BEM, 2006; FONTES, 2008).

Neste modelo de industrialização e urbanização “[...] calcada sobre as carências de serviços de consumo coletivo nas periferias das grandes cidades” (SOARES DO BEM, 2006, p.1147), o Estado não disponibilizava infraestrutura adequada aos setores populares para sua reprodução nesse novo espaço, se opondo, portanto, aos interesses populares e mantendo a típica relação dicotômica entre Estado e sociedade (SOARES DO BEM, 2006; FONTES, 2008). O processo de redemocratização do país em 1945 e a ampliação dos serviços de transporte e de comunicações favoreceram a crescente participação popular na região e conseqüentemente, o surgimento de movimentos sociais (SOARES DO BEM, 2006).

Foi no cenário fabril, contando com a ampla participação de operários entusiasmados com a redemocratização após o fim do Estado Novo, que a atuação popular influenciou na retomada da disputa político-partidária e na revitalização do movimento sindical (SOARES DO BEM, 2006; FONTES, 2008). Nesse contexto, lembra Costa (2014) que os movimentos articulados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e às organizações até então clandestinas e de amigos de bairros, já lutavam pela criação de escolas na periferia de São Paulo e resistiram aos obstáculos impostos por uma elite distanciada daquela realidade social.

O golpe militar de 1964 desmantelou os movimentos sociais e disseminou o clima de terror, medo e opressão operado pelo Estado de Exceção, impedindo a constituição de organizações similares. Com isso, militantes remanescentes dos grupos desarticulados viabilizaram a criação dos movimentos de base sob o acolhimento da Igreja Católica atuante e engajada na região (BRANT, 1983 apud SOARES DO BEM, 2006; POLETTO, 2012). Amparada pelas diretrizes liberalizantes do Concílio Vaticano II (POLETTO, 2012), a ala progressista da instituição abriu “[...] espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais.” (MENEZES NETO, 2007, p.332).<sup>1</sup> Desse modo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se constituíram no interior da Igreja Católica sem planejamento prévio. Enquanto organização, as CEBs articularam e desenvolveram propostas pastorais e sociais que se mantiveram ativas até os anos de 1980, quando seu papel e atuação na América Latina foram restringidos, tornando-se, no entanto, atores relevantes na emergência de organizações da sociedade civil (POLETTO, 2012).

A redemocratização do país ao longo da década de 1980 e a promulgação da nova constituição federal favoreceram a inserção da educação superior na agenda de demandas sociais da região da Zona Leste da cidade (DIAS, 2009; BRASIL, 1988). A reivindicação por uma universidade pública passou a ser discutida em reuniões realizadas no bairro de São Miguel Paulista, localizado como um dos bairros mais antigos de São Paulo com origem ainda nos tempos coloniais. Os encontros eram organizados aos finais de semana, com a participação de professores da UNICAMP e da USP, assegurando desse modo à presença de intelectuais reconhecidos pela comunidade acadêmica como Milton Santos, Demerval Saviani e Jair Borin (MARCHIONI, 2014).

A relevância da universidade pública para a população local se fez acompanhar de uma ampla discussão entre os próprios moradores que, inicialmente, questionavam essa pauta, afirmando: “Mas nós não temos creches e cursos de primeiro grau, por que precisamos de uma universidade?” (MARCHIONI, 2014). Sob o argumento do educador Anísio Teixeira, Padre Ticão (MARCHIONI, 2014) esclareceria que as lutas não eram excludentes. Pelo contrário, a conquista de creches, cursos de primeiro e segundo grau de excelência seriam obtidos com universidades de excelência.

Convencidas as bases do Movimento, a reivindicação pela universidade se fortaleceu nos debates que resultaram na criação em 1993 do Fórum de Educação da Zona Leste (MARCHIONI, 2014; COSTA, 2014). Em 1999, o

---

<sup>1</sup> Contudo, somente após a conferência de Medellín, em 1968, o papel do evangelho foi redefinido frente às injustiças sociais e impulsionado o movimento de pastorais nas áreas periféricas de grandes cidades, como São Paulo (SOARES DO BEM, 2006).

Fórum organizou o Manifesto pela Universidade Pública na Zona Leste com mais de duas mil assinaturas, apresentando para a UNIFESP demandas como a instalação da Universidade na região, com a oferta de cursos superiores na área da Saúde e a prestação de serviços de extensão para a comunidade (RODRIGUES, 2008). Dessa pauta inicial, a UNIFESP atendeu apenas a demanda por serviços de extensão, oferecendo cursos de auxiliar de enfermagem e de cuidadores de idosos (RODRIGUES, 2008; MARCHIONI, 2014).

Paralelamente, a primeira instituição pública de ensino superior da região foi conquistada no governo de Mário Covas, a partir do episódio conhecido pelos integrantes do Movimento como a “luta contra o cadeião na Águia de Haia”, no bairro de Ermelino Matarazzo<sup>2</sup>. No começo da década de 1990, o governo do estado pretendia construir duas penitenciárias com capacidade para 900 detentos na Avenida Águia de Haia, uma via importante na região (COSTA, 2014; MARTINS, 2014). Estudos encomendados por movimentos sociais da região apontaram a existência de 31 unidades educacionais em um raio de cinco quilômetros, composta por creches e escolas de segundo grau (MARTINS, 2014). Após cinco anos de luta contra o cadeião e sob o argumento da necessidade de universidades públicas na região, foi implantada a Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (FATEC-ZL) juntamente com a Escola Técnica Estadual (ETEC) da Zona leste em 2002, ao invés das penitenciárias, formando o Centro Tecnológico da Zona Leste (CTZL) que manteve essa denominação até 2009, atuando a partir de então como instituições separadas (SÃO PAULO, 2014d). Contudo, Costa (2014) avalia que o perfil da FATEC-ZL não atendeu ao desejo da população, por conter um modelo pedagógico mais barato alicerçado em uma estrutura com cursos tecnológicos de curta duração.

Pouco depois do início da FATEC, as atividades de extensão da UNIFESP são encerradas em 2003, sob o protesto da população local (MARCHIONI, 2014). Por outro lado, os moradores mantiveram-se mobilizados por meio de abaixo assinado ao governo do estado, em um contexto no qual a expansão do ensino superior em São Paulo era objeto de discussão<sup>3</sup>. Após reunião sobre a expansão das universidades paulistas, ocorrida na cidade de Piracicaba, com a presença de representantes da USP, UNICAMP e UNESP, o governador ligou para um dos principais coordenadores do Movimento, comunicando: “Padre Ticão, será na Zona Leste” (MARCHIONI, 2014).

A criação da USP Leste em 2005 no bairro de Ermelino Matarazzo foi considerada, portanto, importante vitória dos movimentos sociais da região. Contudo, apesar da conquista, a USP Leste não desenvolveu vínculos com a

<sup>2</sup> Governador do Estado de São Paulo no período de 1995 a 2001.

<sup>3</sup> Nesse período o governador do Estado de São Paulo era Geraldo Alckmin, vice-governador que assumiu após o falecimento de Mário Covas em 2001.

população local, seja pelo escopo dos cursos oferecidos, seja pelo distanciamento com as entidades e lideranças da localidade (MARCHIONI, 2014). Com disso, a mobilização foi retomada com tratativas - infrutíferas - junto a UNESP entre 2008 e 2009. Paralelamente, a UNIFESP passou a ser convidada pelos movimentos sociais a participar dos encontros organizados periodicamente, sendo representada pelo então diretor do campus Guarulhos, Marcos Cezar Freitas (COSTA, 2014).

Diante dos Programas de Expansão I das Universidades Federais e de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criados em 2003 e 2008, respectivamente, visando à interiorização do ensino e de sua expansão territorial, Marchioni (2014) e o deputado estadual Adriano Diogo propuseram o aprofundamento da mobilização pela universidade pública, dessa vez junto ao sistema federal de ensino superior. (DIOGO, 2012a).

## Em busca de uma universidade federal na zona leste

A mobilização popular prosseguiu com a criação do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste em 2009, composto por representantes de ações mais antigas, como os movimentos por moradia, transporte, saúde ou de grupos específicos como professores e pequenos comerciantes e representantes de vários segmentos dos bairros da região (MARTINS, 2014; COSTA, 2014).

Inserido em uma sociedade contemporânea articulada numa sociedade global (IANNI, 2011), o Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste foi organizado em redes, utilizando os meios de comunicação e de informação e interagindo intensamente com outros grupos “[...] por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais” (GOHN, 2013, p.13). Desse modo, fortaleceram e ampliaram a heterogeneidade das temáticas e demandas, alterando o cotidiano e a dinâmica dos movimentos (GOHN, 2013).

Na análise de Scherer-Warren (2006, p.113) na sociedade das redes os movimentos sociais “[...] percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos sociais com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”.

O Movimento atua sob a ótica da coletividade com a proposta de uma liderança horizontal, sem um líder específico, mas, sobretudo, com coordenadores, dentre eles: Luís França, Valter de Almeida Costa, Antônio Luiz Marchioni (Padre Ticão), a ex-deputada estadual Ana Martins, o deputado estadual Adriano Diogo e a vereadora da Câmara Municipal de São Paulo Juliana Cardoso. Entretanto, Costa

(2014) esclarece que apesar dessa estrutura horizontal, existem representantes que são referência para organizações e autoridades, mas qualquer membro pode representá-lo (MARTINS, 2014). A atuação de políticos e religiosos na Zona Leste evoca a história de movimentos sociais liderados pelo PCdoB, bem como ações do bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino a partir dos anos 70, lembra Padre Ticão (MARCHIONI, 2014). A Igreja Católica continua atuante por meio de encontros realizados na Paróquia de São Francisco de Assis, em Ermelino Matarazzo, com a presença da população, autoridades e personalidades políticas locais (COSTA, 2014).

## Movimento e universidade negociam o novo campus

O processo de mobilização resultou na realização, em 2009, de encontro na Igreja de São Francisco de Assis em Ermelino Matarazzo, com a proposta de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Federal, projeto apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pela vereadora Juliana Cardoso em maio do mesmo ano (DIOGO, 2009a). Em seguida, os representantes do Movimento reuniram-se com o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para tratar do tema (DIOGO, 2009b). Para Costa (2014), a negociação com o poder executivo foi possível em razão da pressão política demonstrada pela mobilização dos envolvidos. As articulações prosseguiram com o envio de abaixo-assinado ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva<sup>4</sup> e ao Ministro da Educação, Fernando Haddad<sup>5</sup>. Pouco depois, o Movimento foi recebido pelo Ministro e comunicado da decisão de criação de uma universidade na região, com a condição de que a Prefeitura de São Paulo providenciasse o terreno (MARCHIONI, 2014).

Nesse contexto, a UNIFESP inseriu-se nas tratativas e, ao final de 2009, o então reitor Walter Manna Albertoni<sup>6</sup> participou do encontro entre o Ministro da Educação e o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab<sup>7</sup>, para discutir a questão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2009). Até aquele momento, a UNIFESP havia aderido aos programas de expansão com a abertura de novos campi nas cidades de Santos, Diadema, Guarulhos e São José dos Campos.

As articulações prosseguiram e em dezembro de 2009, em novo encontro, reunindo dessa vez, o chefe de gabinete da Presidência da República, o Ministro da Educação, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores e Prefeitos,

<sup>4</sup> Presidente da República no período de 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011.

<sup>5</sup> Ministro da Educação no período de 29 de julho de 2005 a 24 de janeiro de 2012.

<sup>6</sup> Reitor da UNIFESP entre fevereiro de 2009 a fevereiro de 2013.

<sup>7</sup> Prefeito de São Paulo no período de 31 de março de 2006 a 1 de janeiro de 2013.

foram apresentadas propostas de instalação de dois novos campi da UNIFESP, respectivamente nas Zonas Leste e Sul do município São Paulo. O Reitor da UNIFESP descreveu a reunião como sendo “extremamente política e o governo garantiu condições de abrir os campi nesses locais, mas gostariam que fosse com a UNIFESP. Salientou que todas as possibilidades serão analisadas, mas os estudos serão realizados com cautela”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2009).

Enquanto mantinha-se indefinido o terreno para o campus Zona Leste, nas reuniões do Conselho Universitário da UNIFESP (CONSU) foi decidido que os cursos para os novos campi não seriam ofertados até que houvesse infraestrutura, evitando-se a precariedade das condições como ocorreu com a implantação recente dos demais campi (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2010). Contudo, apesar da dificuldade para se encontrar na Zona Leste um terreno descontaminado, em março de 2010, o Movimento indicou, no bairro de Itaquera, espaço com 187 mil m<sup>2</sup> dos quais 22 mil m<sup>2</sup> eram de área construída.

O imóvel indicado, a antiga fábrica metalúrgica Gazarra, falida há 90 anos e em leilão, necessitava de adaptações para sua utilização como Universidade (DIOGO, 2010a). Pouco depois, em maio de 2010 a indicação foi aprovada pelo CONSU e o local tornou-se posteriormente reconhecido como de utilidade pública pela administração municipal, permitindo assim o processo de desapropriação do terreno (DIOGO, 2010b).

A primeira gestão de Dilma Rousseff<sup>8</sup> na Presidência reafirmou o compromisso do governo federal na implantação do campus e comunicou que o projeto pedagógico dos cursos já poderia ser objeto de discussão, o que estimulou Padre Ticão a incentivar nos encontros do Movimento as pessoas a pensarem nos cursos que o campus poderia oferecer. Nesse sentido, em janeiro de 2011, o Movimento inicia uma nova frente de discussão, dessa vez, a definição do perfil de atuação do novo campus, realizando encontros com a presença de mais de 300 pessoas (DIOGO, 2011a).

Em decorrência, a Pró-Reitoria de Extensão da UNIFESP, dirigida na época por Eleonora Menicucci de Oliveira, recebeu documento com as reivindicações demandadas, entre as quais, cursos para formação de cuidadores de idosos, instalação do observatório de políticas públicas, programas de saúde para jovens e em medicina esportiva (DIOGO, 2011b). Como as atividades de extensão já eram ofertados pela Escola de Cidadania da Zona Leste, a instituição decidiu que sua participação se restringiria a certificação de cursos que abordavam temas como: “[...] reforma

---

<sup>8</sup> Presidente da República de 1º de janeiro de 2011 até a atualidade, 2016 (suspensa desde 12 de maio de 2016).

política, orçamento público e cursos da Universidade Federal na Zona Leste como cidadania, desenvolvimento, participação, ética, comunicação, partidos políticos e cultura.” (DIOGO, 2011c, 2011d). Para a graduação, a discussão sobre os cursos ficou a cargo da Secretaria de Gestão da UNIFESP, responsável pela elaboração dos estudos e o início da graduação foi projetado para 2013. Em abril de 2012, a instituição assinou pactuação com o MEC garantindo recursos humanos e financeiros para a continuidade na implementação do programa de expansão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2011, 2012).

Em relação às instalações físicas, o processo de desapropriação do terreno pela Prefeitura de São Paulo foi concluído em 18 de maio de 2012, após impasses sobre o valor do imóvel, sendo, enfim, adquirido por R\$ 69,9 milhões de reais (DIOGO, 2012a, 2012b). A doação do terreno à UNIFESP ocorreu durante a solenidade de comemoração do aniversário da cidade de São Paulo em 2013, quando o Ministro da Educação informou sobre a autorização para contratação de professores e técnicos administrativos (PADILHA..., 2013). No entanto, apesar do anúncio público, a cessão do terreno à Universidade ainda tramitava na Câmara de São Paulo e os recursos para a implantação do campus Zona Leste não estavam totalmente assegurados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013a). As indefinições levaram a nova reitora, Soraya Soubhi Smaili<sup>9</sup>, a reconhecer que não haveria teria tempo hábil, condições e recursos para realização do vestibular em 2014.

Em abril de 2013 a cessão do terreno por 90 anos foi aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo. A partir daí, o governo federal deveria, em um ano, apresentar proposta de implantação do campus à Prefeitura e três anos no máximo para concluir as obras (DIOGO, 2013). Entretanto, a Universidade ainda não era responsável pelo terreno, pois dependia da aprovação do CONSU para aceitação da escritura do terreno e assinatura da cessão. Dependia, também, do laudo de contaminação do solo e de relatórios ambientais em razão de áreas de preservação existentes no entorno. Deveria, ainda, realizar manutenções nos galpões no terreno (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013b).

Um dado relevante que deve ser assinalado refere-se à posição do Conselho Universitário, que decidiu apresentar o projeto pedagógico e o cronograma de implantação somente após a realização de audiências públicas na Zona Leste, na Câmara de São Paulo e na própria UNIFESP. Diferentemente dos demais campi, na visão de Javier Amadeo, assessor da Reitoria, o campus da Zona Leste será implantado com “[...] planejamento democrático, discutido com toda comunidade universitária, mas também com uma discussão ampla com as autoridades públicas e a comunidade da região.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013c).

<sup>9</sup> Reitora da UNIFESP de fevereiro de 2013 até a atualidade, 2016.

Realizada a consulta pública na Zona Leste, a Universidade providenciou os estudos sobre possíveis cursos a partir das demandas dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, seguiu acompanhando a emissão do laudo de contaminação junto à Prefeitura, além de preparar avaliações do imóvel e cronograma de ocupação. No CONSU, a Pró-Reitora de Graduação, Maria Angélica Pedra Minhoto, apresentou a proposta de formação da Comissão de Implantação do Campus da Zona Leste, que teria a participação paritária de dezesseis membros, entre os quais, representantes do Movimento e da comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013d)<sup>10</sup>.

Na segunda audiência pública realizada na Câmara Municipal, a implantação do campus e o projeto pedagógico entraram na pauta de discussão. Na ocasião, foram relatados os problemas de infraestrutura e de pessoal nos demais campi da UNIFESP e identificadas divergências nas pactuações assinadas anteriormente com o MEC. Naquela circunstância, a UNIFESP assegurou-se de que, mesmo sem a formalização da pactuação, os recursos necessários para implantação do novo campus estavam garantidos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013e).

A partir dos trabalhos da Comissão de Implantação, a UNIFESP promoveu em fevereiro de 2014, o Seminário sobre o Projeto Pedagógico do campus Zona Leste com a proposta de criação do Instituto das Cidades e Assentamentos Humanos. O Instituto prevê uma base pedagógica interdisciplinar com cursos de engenharia, arquitetura, urbanismo, design com ênfase nos serviços públicos, geografia, turismo e gestão de políticas culturais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014).

No encontro, foram assinaladas as dificuldades orçamentárias, inclusive em relação aos demais campi. Assim, apesar dos avanços com a concretização da Escola de Cidadania e do Observatório de Políticas Públicas, ainda restavam até o começo de 2015, pendências como a liberação do terreno para emissão de escritura definitiva, laudo de contaminação, reforma do prédio localizado em área não contaminada e a discussão mais ampliada do projeto pedagógico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014).

## Os desafios da relação movimentos sociais e universidade na contemporaneidade

De acordo com Gohn (2013, p.14), historicamente os movimentos sociais sempre estiveram presentes como expressão de forças sociais “que aglutinam as

---

<sup>10</sup> Em novembro de 2013, o CONSU retomou a discussão sobre a composição da Comissão Mista e o número de representantes foi reduzido para doze. Apesar de a Comissão ter se reunido desde abril daquele ano, a formalização de sua criação só foi oficializada por meio da Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013f).

pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”.

Apesar de não existir um conceito estabelecido, na análise de Gohn (2013) os movimentos podem ser compreendidos como:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2013, p.13).

Assim, os movimentos sociais não se caracterizam apenas por atividades e mobilizações. Possuem uma forma de organização com razoável grau de formalidade e estabilidade, como o verificado, por exemplo, no Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

As discussões sobre a importância da universidade pública e sua implantação na região leste de São Paulo ao longo das décadas de 1980 e 1990 coincidiram com o cenário de lutas sociais, conforme analisado por Gohn (2012, 2013). Segundo a autora, pode se perceber o deslocamento da produção teórica para as organizações não governamentais e organizações do terceiro setor, transformando os sujeitos históricos em objeto de análise:

[...] os pobres e os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. A grande tarefa política será incluí-los – tarefa que se desdobrará ao longo da década de 1990 e no novo milênio por meio de políticas sociais compensatórias ou práticas que destacam a justiça social e equidade. (GOHN, 2012, p.35).

Nesse sentido, ao invés das mobilizações de massas, surgiram mobilizações pontuais, voltadas para o atendimento de demandas específicas e localizadas “[...] independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica. Em suma, o novo associativismo é mais propositivo, operativo e menos reivindicatório”. (GOHN, 2013, p.18).

A criação do Fórum de Educação da Zona Leste em 1993, com o objetivo de ampliar os debates sobre a educação na região, inseriu-se também no contexto da década de 1990 de institucionalização de ações populares. Outras iniciativas, como

os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, pela Participação Popular, realizavam encontros nacionais para diagnosticar demandas e estabelecer metas para solução de problemas, o que proporcionou várias experiências de parceria entre sociedade civil organizada e o poder público. A luta pela educação constituiu-se em um dos serviços coletivos que os movimentos pretendem recuperar no início deste milênio (GOHN, 2013).

Segundo Santos (2011), historicamente, a relação entre a universidade e os cidadãos organizados ou não em coletivos, é distante:

[...] e por vezes mesmo hostil com a universidade precisamente em consequência do elitismo da universidade e da distância que esta cultivou durante muito tempo em relação aos setores ditos não cultos da sociedade. É um protagonista que tem que ser conquistado por via da resposta à questão da legitimidade, ou seja, por via do acesso não classista, não racista, não sexista e não etnocêntrico à universidade e por todo um conjunto de iniciativas que aprofundem a responsabilidade social da universidade na linha do conhecimento pluriversitário solidário. (SANTOS, 2011, p.60).

Para Tragtenberg (2001), a relação que a universidade estabelece com os processos de dominação e conhecimento a impossibilita de exercer a neutralidade diante das contradições e do impacto das transformações oriundas da sociedade. O autor define a instituição como “universidade anti-povo”, capaz de desenvolver “uma ideologia, um saber neutro, científico, quer dizer, a neutralidade cultural e o mito de um saber ‘objetivo’ acima das contradições sociais”. (TRAGTENBERG, 2001, p.1).

Essas tensões e contradições presentes na realidade da universidade tornam-se mais visíveis com as ações do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste, para implantação de uma universidade pública. Para Gohn (2013), os movimentos sociais adquiriram o papel de agentes de mudanças por expressarem elementos de resistência e representarem a construção do novo, reunindo energias sociais dispersas, canalizando e potencializando suas práticas propositivas com o intuito de gerar mudanças nas instituições, aproximando-as das necessidades e dos anseios da sociedade.

O Movimento com suas ideias, conhecimentos e interpretações do mundo confronta-se com a universidade e a desafia a atender demandas sociais: “Seria simplista, evidentemente, interpretar estes movimentos somente como disputas por ideias, já que, junto a elas, vem geralmente todo um conjunto de atividades de tipo econômico, militar e social que buscam sua legitimação”. (SCHWARTZMAN, 1989, p.37).

Nesse sentido, Rodrigues (2001) afirma que a universidade demonstrará sua relevância à sociedade atendendo a grupos de pressão, privilegiando:

[...] em graus diversos diferentes grupos, de acordo com o grau de pressão por estes exercidos. Assim, distingue o apoio dado a grupos e interesses das classes dominantes, mas procura também apoiar as classes dominadas na busca por soluções aos problemas sociais mais emergentes. (RODRIGUES, 2001, p.135).

Apesar disso, Costa (2014) avalia o relacionamento da Universidade com o Movimento como sendo satisfatório desde o início, na medida em que as divergências entre os grupos que foram e são responsáveis pela direção da Universidade, não resultaram no desrespeito ao Movimento, sendo sua reivindicação compreendida e nos encontros realizados sempre contando com a presença de representantes da UNIFESP, que envidava esforços para atendimento das demandas.

Nesse sentido, apesar da universidade e do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste estarem inseridos em contextos diferentes, com seus respectivos limites, perspectivas e funções, “não significa que não possam e não devam construir relações entre si. Antes, ao contrário, é absolutamente essencial que mantenham estreitos vínculos, intercâmbios de saberes, de ideias e de experiências que permitam aprendizados e ganhos mútuos”. (BENINCÁ, 2011, p.49).

## Considerações finais

A política de expansão do ensino superior implantada pelo governo federal permitiu que o movimento social originado na Zona Leste de São Paulo, direcionasse seus esforços para a criação de uma nova instituição de ensino superior naquela região. Pela primeira vez na cidade de São Paulo, uma universidade federal negociou diretamente com a população e seus representantes, a proposta pedagógica e o plano de implantação de seus cursos. Desse modo, as ações do Movimento possibilitaram o acesso aos espaços de discussão e de tomada de decisão da UNIFESP, compartilhando também sua agenda com o Ministério da Educação e a Prefeitura de São Paulo. A iniciativa representou um avanço relevante na relação da sociedade com a universidade, caracterizado historicamente pelo distanciamento entre o ambiente universitário e as demandas sociais.

**THE MOBILIZATION FOR THE ESTABLISHMENT OF A FEDERAL UNIVERSITY IN THE EAST OF SÃO PAULO: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL MOVEMENTS**

**ABSTRACT:** *The objective of this paper is to analyze the creation, mobilization and negotiation process of the Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste in the city of São Paulo, which campaigns for the implementation of a campus of the Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) in that region. It is a popular social movement whose origins date back to the 1940s, when mobilizations in the area started demanding public services. In the 1980s, local claims incorporated the demand for higher education as well. Over the subsequent two decades, the population was successful, obtaining the implementation of a School of Technology (FATEC) and a unit of the Universidade de São Paulo, called “USP-Leste”, both under the responsibility of the state government. The methodology focused on primary sources, using interviews with local leaders and activists, minutes of the UNIFESP University Council, and data obtained from the press and bibliographic research.*

**KEYWORDS:** *Social movements. Public university. Negotiation processes.*

## REFERÊNCIAS

BENINCÁ, D. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2014.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058v/1887/1/TD\\_1287.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058v/1887/1/TD_1287.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2013.

COSTA, V. A. **Valter de Almeida Costa**: depoimento. Entrevista concedida a J. P. S. Souza. 2014. n.p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2014.

DIOGO, A. **Câmara aprova concessão de terreno para Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo**. São Paulo: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1892>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

*A mobilização pela Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo:  
uma análise sob a perspectiva dos movimentos sociais*

\_\_\_\_\_. **3º Abraço.** São Paulo: [s.n.], 2012a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1445>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Justiça autoriza Prefeitura a comprar área para a Unifesp.** São Paulo: [s.n.], 2012b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1556>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Unifesp define trabalhos prioritários de extensão para a região.** São Paulo: [s.n.], 2011a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/619>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministro reafirma compromisso pela Universidade Federal na Zona Leste.** São Paulo: [s.n.], 2011b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/831>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Novo abraço na área da Unifesp da Zona Leste.** São Paulo: [s.n.], 2011c. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/892>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **2º Abraço pela Unifesp na Zona Leste reúne 800 pessoas.** São Paulo: [s.n.], 2011d. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/904>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Movimento indica local para a Universidade Federal na Zona Leste.** São Paulo: [s.n.], 2010a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/409>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Terreno em Itaquera deverá ser desapropriado para abrigar Universidade.** São Paulo: [s.n.], 2010b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/441>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal na Zona Leste. Encontro vai debater a criação de uma Universidade Federal na Zona Leste e os benefícios disso para a comunidade. São Paulo: [s.n.], 2009a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/339>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal na Zona Leste. O deputado Adriano Diogo foi até Brasília para uma reunião com Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente da República, para solicitar a criação da Universidade Federal da Zona Leste. São Paulo: [s.n.], 2009b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/346>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

DIAS, R. B. **A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política.** 2009. 237 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FONTES, P. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GOHN, M. Ga. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 4.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

IANNI, O. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARCHIONI, A. L. **Antônio Luiz Marchioni “Padre Ticão”:** depoimento. . Entrevista concedida a J. P. S. Souza. 2014. n.p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2014.

MARTINS, A. **Discurso na abertura do Seminário realizado na UNIFESP sobre o projeto pedagógico do campus zona leste.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2014.

MENEZES NETO, A. J. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a aeologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v.20, n.50, p.331-341, mai./ago. 2007.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORCELLI, D. C. **Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do rio Tietê.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLETTI, D. C. **Um povo em marcha! Dom Angélico Sândalo Bernardino: Bispo profeta dos pobres e da justiça: homenagem de amigos.** São Paulo: ACDEM, 2012.

SÃO PAULO. (Estado). **Infocidades população recenseada da Prefeitura de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014a. Disponível em: <[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7\\_populacao\\_recenseada\\_1950\\_10491.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html)>. Acesso em: 18 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Infocidades demografia da Prefeitura de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014b. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=7&titulo=Demografia>>. Acesso em: 18 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Infocidades regiões da Prefeitura de São Paulo**: subprefeituras e distritos. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014c. Disponível em: <[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/3\\_regioes\\_subprefeituras\\_e\\_distritos\\_munic\\_2013\\_10710.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/3_regioes_subprefeituras_e_distritos_munic_2013_10710.html)>. Acesso em: 18 out. 2014.

\_\_\_\_\_. FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo. **História da FATEC**. São Paulo: FATEC-ZL, 2014. Disponível em: <[http://www.fateczl.edu.br/crbst\\_5.html](http://www.fateczl.edu.br/crbst_5.html)>. Acesso em 14 abr. 2014d.

RODRIGUES, M. M. A instabilidade da universidade vista a partir das contradições de suas crises: crise da hegemonia, crise da legitimidade e crise institucional. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.15, n.29, p.129-140, jan./jun. 2001.

RODRIGUES, J. IV Criação e expansão da UNIFESP: marcos da memória e da história institucional. In: RODRIGUES, J. et al. (Org). **A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos**: ensaios sobre história e memória. São Paulo: UNIFESP, 2008. p.187-239.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan./abr. 2006.

SCHWARTZMAN, S. Universalidade e crise das universidades. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n.5, p.36-49, jan./abr.1989.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.97, p.1137-1157, set./dez. 2006.

SOUZA, M. A. A. Território e lugar na metrópole revisitando São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org). **Geografias de São Paulo**: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2014. p.21-50.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 1, n.7, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag\\_delinquencia.htm](http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_delinquencia.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. \_\_\_\_\_. **Reitora Soraya Soubhi Smaili**: discurso na abertura do Seminário realizado na UNIFESP sobre o projeto pedagógico do campus Zona Leste. São Paulo: UNIFESP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 13 de março de 2013a. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130313.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 10 de abril de 2013b. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100413.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 15 de maio de 2013c. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/150513.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 12 de junho de 2013d. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/120613.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 10 de julho de 2013e. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100713.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 13 de novembro de 2013f. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/131113.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 9 de maio de 2012. São Paulo: UNIFESP, 2012. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/090512.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 13 de julho de 2011. São Paulo: UNIFESP, 2011. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130711.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 14 de abril de 2010. São Paulo: UNIFESP, 2010. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/140410.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 9 de dezembro de 2009. São Paulo: UNIFESP, 2009. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/091209.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

*A mobilização pela Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo:  
uma análise sob a perspectiva dos movimentos sociais*

PADILHA e Mercadante anunciam investimentos em SP de olho em 2014. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/01/1220691-padilha-e-mercadante-anunciam-investimentos-emsp-de-olho-em-2014.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Recebido em 27/02/2015.

Aprovado em 06/06/2016.

